

DOCUMENTOS

RELATO DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO - CNCD/LGBT

Na reunião realizada dia 20 de junho de 2019, em São Paulo, a conselheira *Bruna Andrade Irineu*, presidente da ABEH (2019-2020), representou a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH na condição de Titular.

Durante a Semana de Combate a Homofobia, no mês de maio em Brasília – DF, definiu-se que a 51ª reunião do CNCD seria itinerante, e, portanto, em São Paulo – SP. A programação previa a participação das conselheiras e dos conselheiros do CNCD no Seminário Internacional Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia, entre os dias 18 e 19 de junho de 2019. E, posteriormente, ocorreria a reunião ordinária com centralidade nos debates acerca da Conferência Nacional LGBT, em especial, documentos como a minuta do regimento interno e no até então suposto processo de alteração das cadeiras do Conselho Nacional LGBT. Haveria ainda, momentos para que o CNCD estivesse presente nos atos públicos que integram a programação da Parada da Diversidade de São Paulo.

Entretanto, ainda em junho, recebemos por email uma comunicação de que a reunião seria cancelada e depois, após pressão dos movimentos sociais, redefiniu-se pela realização da reunião, porém condensada em uma programação de dois dias, diferentemente dos quatro dias programados pelo CNCD. As mudanças foram repudiadas pelas conselheiras e pelos conselheiros, fundamentalmente pela alteração que retirara então a participação do CNCD no seminário com a União Europeia.

Já em São Paulo, com o redesenho da reunião, teve-se em seu primeiro dia uma ausência explícita de conselheiros do poder público, e um deliberado esvaziamento da reunião. Incluindo entre estes, a conselheira representante do próprio ministério que se vincula o CNCD. Diante disso, as e os conselheiras/os da sociedade civil definiram por denunciar as mídias o esvaziamento do Conselho e a inviabilização da pauta sobre a conferência nacional. Naquele



momento, vem à tona também a finalidade do decreto que viria a extinguir de fato do CNCD e cassar o mandato daquela gestão do conselho.

A partir disso, ainda durante a programação em São Paulo, o CNCD representado pela sociedade civil denunciou a extinção do conselho na Caminhada de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais e na Parada da Diversidade através de falas públicas in locús, faixas e entrevistas.

O coletivo entendeu ainda, que seria necessário publicizar um posicionamento sobre o decreto de extinção e se declarar contrário a qualquer tentativa de conciliação com formatos de conselho distintos a atual, como vinha se aventando nos corredores quanto a reuniões a distância e um número de três representantes por conselho.

A nota com o posicionamento sobre a extinção foi publicada em 28 de junho, data que o decreto de Bolsonaro validou a cassação dos mandatos do CNCD, dia que ironicamente se comemora o orgulho LGBT. A ironia aqui, precisaria ser retomada com devido cuidado, haja visto que as existências LGBT tem se dado menos pelo Estado, quem historicamente extermina-nos politicamente, e mais pelas alianças nas ruas e nas fissuras cotidianas que essas vivências marginais produzem.

Reconhecendo a importância do espaço institucional – Conselho Nacional LGBT – no qual a ABEH integrou desde sua criação, mas entendendo ainda mais os limites deste espaço, aponto aqui o esgotamento da conciliação com os setores conservadores que conduzem a ofensiva antigênero no Brasil como elemento fundamental desta extinção, mas ao mesmo como caminho necessário para redefinirmos a luta pelos direitos humanos da população LGBT no Brasil.

Embora uma política institucional tenha conduzido processos que nos levaram a recentes ganhos jurídicos relevantes, em um governo sob efeitos da desdemocratização a tendência a desmoralização das instituições democráticas é inevitável.

Portanto, é hora de centrarmos atenção as ruas e buscar diálogos que coadunem com o restabelecimento do sentido democrático e republicano do país, que hora opera sob certame neofacista. Seguimos fora do Conselho, mas comprometidas com o legado das diretrizes instituídas pelas políticas e ações elaboradas pelas diversas gestões do CNCD em seus oito (08) anos de existência. Todavia, empenhando forças para uma defesa mais radical e

intransigente a projetos conciliatórios com nossos algozes. Como nos ensina Angela Davis, a liberdade é construída socialmente e, deste modo, uma luta constante.

